
NOTAS E COMENTÁRIOS

Persp. Teol. 18 (1986) 77-92

SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS

Roma — 25 nov. — 8 dez. 1985

J. B. Libânio

No dia 25 de janeiro de 1985, ao terminar a Missa na Basílica de São Paulo Extra Muros, exatamente 26 anos depois e no mesmo lugar em que João XXIII anunciara a intenção de convocar um concílio, João Paulo II manifesta, por sua vez, a intenção de reunir um Sínodo Extraordinário para avaliar esse tempo pós-conciliar. Mais precisamente, o Papa aponta três finalidades para o Sínodo: reviver o espírito de comunhão eclesial do Concílio Vaticano II, intercambiar experiências sobre como o Concílio foi vivido e deve ser vivido e finalmente como atualizar o Concílio à luz das novas necessidades.

Logo em seguida à declaração do Papa, a Secretaria Geral do Sínodo pôs-se a organizá-lo, recolhendo opiniões de alguns antigos Padres Conciliares, de outros bispos e de teólogos. Em uma primeira reunião — 14.03.1985 —, decidiu-se a necessidade de consultar as igrejas particulares em todo o mundo. Para facilitar tal consulta, preparou-se um questionário bem simples, com dois grupos de perguntas. Um primeiro grupo de caráter geral sondava sobre a recepção do Concílio, seus frutos, erros e abusos, e dificuldades na sua implementação. As questões particulares, por sua vez, buscavam captar como cada um dos documentos do Concílio foi entendido e praticado pelas igrejas particulares.

Até o dia 20 de novembro tinham chegado até a Secretaria do Sínodo quase 70% das respostas. Coube ao Card. Danneels apresentar no início do Sínodo uma síntese de todas essas respostas, que vieram também das Conferências Episcopais, Superiores Gerais das Ordens Religiosas, Episcopados das Igrejas Orientais e Dicastérios Romanos. Como a temática tratada foi amplíssima, o relator concentrou-se nas respostas gerais e às referentes às 4 Constituições do Concílio: *Dei Verbum*, *Sacrosanctum Concilium*, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*. Assim pôde colocar como título do texto, sintetizando numa frase, as idéias-chaves, a frase latina: "Ecclesia sub Verbo Dei Mytheria Christi celebrans pro Salute Mun-

di" — A Igreja (Lumen Gentium) à escuta da Palavra de Deus (Dei Verbum) celebra os Mistérios de Cristo (Sacrosanctum Concilium) para a salvação do mundo (Gaudium et Spes).

Antes de entrar em detalhes sobre o conteúdo da "relatio", vejamos rapidamente a constituição mesma do Sínodo. Sendo um Sínodo Extraordinário, por direito vieram os presidentes das Conferências Episcopais estabelecidas no mundo inteiro. O presidente natural do Sínodo é o próprio Papa, que designou como presidentes delegados os Card. Krol (Filadelfia, USA), Malula (Kinshasa, Zaire) e Willebrands (Holanda). O Papa escolheu 21 pessoas para participarem como membros de pleno direito, entre eles os dois cardeais brasileiros A. Lorscheider e Eugênio Sales. Outras pessoas foram convidadas na qualidade de Secretário especial (teólogo alemão W. Kasper), de ajudantes do secretário especial (entre eles o P. Latourelle, P. Pozo), de ouvintes (entre eles a Madre Teresa de Calcutã, Sra. Chiara Lubich, a Madre Geral de Sion), de observadores de outras igrejas, sem falar de uma série de convidados especiais, entre eles eminentes figuras que participaram no Conc. Vaticano II (tais como os card. Suenens, Alfrink, Marty e teólogos como Von Balthasar, Martelet e Max Thurian). Os Superiores Gerais fizeram-se também representar pelo Abade primaz dos Beneditinos confederados, pelos Gerais dos salesianos e jesuítas. Naturalmente também estiveram os presidentes dos dicastérios romanos.

A abertura solene do Sínodo se fez no domingo 25 de novembro com a celebração eucarística, presidida pelo Papa. Em sua homilia, o Papa augura que o "iter sinodal" se faça com a mesma disponibilidade de ouvir o Espírito Santo, com o mesmo amor à Igreja e com a mesma gratidão à Divina Providência, presentes nos Padres Conciliares do Vaticano II. Convida, portanto, os padres sinodais a caminharem juntos para viver o clima espiritual do Concílio e promover à luz de seus documentos e da experiência amadurecida nos 20 anos o pleno florescimento dos gérmenes de vida nova, suscitados pelo Espírito Santo no Concílio para a maior glória de Deus e advento do Reino.

Em sua homilia, o Papa quis somente criar um clima espiritual, colocando a Igreja no horizonte do Reino, sem descer a pormenores que pudessem de certo modo tolher a liberdade dos padres sinodais.

No dia 25 de novembro se realiza a primeira sessão de trabalho, com rápida saudação do Card. Krol, presidente delegado da manhã, que recorda uma intervenção do bispo Wojtyla no Sínodo de 1969, onde este afirmou que a "colegialidade dos Bispos corresponde à natureza comunitária da Igreja". Lembra também como João Paulo II assumiu como projeto de seu Pontificado manter máxima fidelidade ao Concílio e uma vontade decidida de colocá-lo em prática.

Nessa mesma sessão, o Card. Garrone apresentou uma "relatio" onde ele tenta reconstruir o clima espiritual do Vaticano II a partir da experiência que ele juntamente com os padres conciliares fez. Experiência maravilhosa, profunda, de alegria, que não foi isenta de momentos difíceis e até mesmo de irritação. Com a memória espiritual de quem olha a experiência do Concílio com a distância de 20 anos e com a sabedoria da idade já avançada, o Card. Garrone percorre mentalmente todo itinerário dos grandes documentos do Concílio.

O Card. Danneels, como mencionamos acima, apresentou outra "Relatio", em que fez uma síntese das respostas recebidas de todo o mundo sobre esses anos pós-conciliares. Alguns pontos merecem ser sublinhados dessa exposição. Em toda a Igreja se depositaram enormes esperanças no Concílio e fez-se imenso trabalho para traduzir, publicar, interpretar, estudar e aplicar o Concílio. A Igreja passou por profunda inovação, com a "recepção" interna do Concílio e sua execução, provocando mesmo maior estima dos de fora da Igreja. Não é lícito, observa o Card. Danneels, concluir que os males que seguiram ao Concílio tenham sido por causa dele: "Post Concilium, non propter Concilium" (depois do Concílio, mas não por causa do Concílio). A história o dirá. A Igreja está no mundo. Existem fenômenos positivos e negativos, mas muitos são os luminosos, e alguns os obscuros. De fato, aumentou a vida teológica na Igreja; sua liturgia renovou-se com mais ampla participação; a riqueza da Palavra de Deus penetrou e renovou a espiritualidade de muitos grupos, a catequese e a pregação; houve profunda renovação da compreensão e consciência da Igreja de modo especial por parte dos leigos; surgiram as comunidades eclesiais de base como grande esperança; na relação com o mundo a Igreja empenhou-se na defesa dos Direitos Humanos, da Justiça, da Paz, da Liberdade; teve maior sensibilidade pelos problemas sociais; incorporou-se à consciência e prática eclesial a opção preferencial pelos pobres, oprimidos e marginalizados; preocupou-se pelo problema da relação entre fé e cultura, empenhando-se no processo de inculturação; finalmente estabeleceu aberto e positivo diálogo com os outros cristãos e com os não-crentes.

Os pontos negativos referem-se a certa superficialidade e subjetivismo nas reformas litúrgicas com conseqüente perda do espírito cúltilco; a certo subjetivismo na interpretação da Palavra de Deus sem devida atenção ao magistério; a uma compreensão de Igreja em que os aspectos institucionais não gozam de sua devida relevância contrapondo Igreja Povo de Deus, Igreja Mistério à hierarquia; e ao crescimento da secularização, do ateísmo, do materialismo, da indiferença, da injustiça no mundo com conseqüentes problemas para a relação da Igreja com o mundo moderno sobretudo na busca de uma articulação correta entre

sua missão espiritual e a ação temporal.

De todo esse balanço, conclui-se que o conhecimento do Concílio tem de ser aprofundado em toda Igreja. O Sínodo talvez possa fazer um balanço geral dessa situação da Igreja, esclarecer alguns problemas de fundo, fixar prioridades e dar novo impulso para o futuro. Como o tempo de 15 dias é muito breve, a sugestão do Card. Danneels vai na direção de concentrar-se em quatro temas principalmente: o mistério da Igreja, a volta às fontes da Palavra de Deus, da Tradição viva, interpretadas autenticamente pelo magistério, a redescoberta da Igreja como comunhão e o diálogo entre a Igreja e o mundo nas novas conjunturas 20 anos depois do concílio.

Já no dia 25 de novembro até o dia 29 de novembro na primeira parte da manhã, os padres sinodais puderam fazer sua intervenção oral — alguns em latim, outros numa das línguas permitidas — e/ou encaminhar outras somente por escrito à Secretaria do Sínodo. Houve mais de 130 intervenções orais, tendo cada orador no máximo 8 minutos à sua disposição. Foram tratados os mais diversos temas. Praticamente os padres sinodais enfocaram quase de modo exclusivo a problemática interna da Igreja. Como era de esperar, o tema da colegialidade com seus desdobramentos múltiplos foi o ponto mais tratado: Conferências Episcopais, centralismo romano, natureza do Sínodo, autonomia das igrejas locais, relação coma cúria romana, etc... Algumas intervenções iam mais fundo, levantando problemas teológicos clássicos: relação entre a Igreja universal e Igreja particular, entre Igreja Mistério e Instituição (Card. Ratzinger), a constituição da Igreja como antecipação simbólica da nova idade da história humana (Card. Lustiger), relação entre o conceito pastoral e o ensinamento da Igreja (Card. Wetter), a questão da inculturação (Mons d'Souza e outros), as conseqüências ecumênicas do reconhecimento do mesmo batismo (Mons. Hayes).

Numa linha prospectiva, a intervenção do Card. A. Lorscheider foi significativa. Ele define a Igreja do futuro como uma igreja de pobres, comprometida com a justiça e a libertação integral dos homens, modelo de comunhão e participação e reconhecadora dos direitos das mulheres e das minorias. Outros perfilharam a posição do cardeal brasileiro afirmando a necessidade de a Igreja colocar-se do lado dos pobres (Card. irlandês O'Fiaich) em sua opção por eles (Mons. Villalba Aquino, Paraguai). Outra realidade viva de nossa Igreja latino-americana que faz parte hoje da vida de outras igrejas são as comunidades eclesiais de base. Assim ela foi o objeto central de uma intervenção da igreja de Port-Louis, sudoeste do Oceano Índico (Mons. Margéot) e do bispo de Haiti (Mons. Gayot), sem falar de outras rápidas alusões. Nem faltou quem aludisse à caminhada da Igreja da A. Latina, como digna de ser seguida

(Mons. Winning, Escócia): uma igreja que busca escutar o mundo e os pobres (Card. Landázuri; Card. A. Lorscheider). Talvez o mais animador do conjunto das intervenções seja a tônica quase unânime na direção de uma Igreja que deve ir continuando sua caminhada, sem voltas, sem restaurações, de modo que o Sínodo não deveria ser "uma polícia de trânsito para deter os bispos mas um guia de caminho que ajuda a Igreja peregrina com o mapa das estradas: i.e. os documentos do Vaticano II" (Card. O'Fiaich).

Numa linha prática, surgiram algumas propostas: criação de um catecismo Vaticano II para toda a Igreja, reestruturação do Sínodo para transformá-lo na assessoria permanente do Papa por cima da Cúria, a convocação de outro Sínodo para continuar essa avaliação por ocasião do 25º aniversário do Concílio, produzir no final do Sínodo uma mensagem aos fiéis. Esta última proposta foi submetida à votação e foi aprovada. Assim se criou uma comissão para redigi-la e propô-la depois à aprovação dos padres sinodais.

Terminadas as intervenções orais em plenário e recolhidas as apresentadas unicamente por escrito, o Card. Danneels apresentou outra relação, sintetizando o material e relançando a discussão nos grupos lingüísticos com três perguntas: De tudo o que foi visto, que coisas os padres sinodais querem apresentar ao Papa? Que pensam poder fazer em suas igrejas locais para a implementação do Concílio Vaticano II? Qual o fruto imediato e direto que esperam do Sínodo?

Num espaço de tempo de quatro sessões, os padres sinodais reuniram-se em grupos lingüísticos para discutir a "relatio post disceptationem", a que nos referimos no parágrafo anterior. Assim na terça-feira, 3 de dezembro, apresentaram-se na Assembléia os relatórios dos trabalhos em grupos. Lendo-os tem-se a impressão de que o Sínodo perdera aquele elan inicial, manifestado nas intervenções orais. Assim o grupo alemão insiste no afeto anticlerical do Primeiro Mundo e em suas causas; o grupo italiano mostra-se mais preocupado com o catecismo e os manuais de teologia do Vaticano II; os grupos luso-hispânicos tocam muitos temas diversos com predominância sobre a vida interna da Igreja e com modesta referência à relação com o mundo bem distante da ótica dominante em Medellín e Puebla; os grupos ingleses refletem preocupação ecumênica e almejam mais participação no interior da Igreja; o grupo latino aceita que o Concílio tenha sido positivo, mas teve interpretação negativa nos campos da liturgia, da exegese, da eclesiologia e da relação com o mundo; os grupos franceses trabalham mais questões doutrinárias com o desejo de que se engaje mais em testemunhar os valores cristãos professados pelo Concílio que entrar em polémicas e críticas negativas, e também buscam apontar elementos para uma melhor recep-

ção do Concílio Vaticano II.

Neste íterim foi apresentado ao Plenário um esboço da Mensagem. A impressão geral não foi boa não tanto por causa do conteúdo, mas muito mais por não refletir o que se tinha feito no Sínodo nos dias anteriores. De fato, é uma bela e até mesmo poética mensagem de esperança, carregada de cores espirituais e afetivas, mas totalmente à margem da problemática discutida no Sínodo. Praticamente foi rejeitada. Assim a comissão de redação apresentou outra mensagem, calcada então nos temas centrais do Sínodo: Igreja mistério, Igreja comunhão, necessidade de aprofundar essa nota espiritual da Igreja, Igreja como antecipação e promessa de comunhão a que toda humanidade é chamada. Por isso, no meio da crise da humanidade, a Igreja tem uma palavra de esperança e já vislumbra sinais luminosos no horizonte humano, especialmente essa sede de Deus por parte dos jovens. E finalmente uma chamada a todos a assumir com responsabilidade e em sua função específica a missão evangelizadora da Igreja. Essa mensagem foi votada e aprovada.

O Sínodo suspendeu durante toda uma manhã sua reunião para que o Relator com seus colaboradores preparasse a "relatio finalis". Essa foi discutida em grupos, para que aí se apresentassem ainda algumas emendas. E a "relatio finalis" retocada foi apresentada para uma votação geral. Ela aparece na sua publicação oficial cercada de uma terminologia jurídica muito cautelosa. Não é apresentada como obra dos padres sinodais e sim do Relator, Card. Danneels mas submetida à votação dos padres e publicada com a anuência do Papa.

Esta "relatio finalis" continua com a mesma estrutura das relações anteriores, só bem mais matizada e mesmo mais completa. Para não nos alongarmos muito, friso somente os pontos mais importantes, indicando quais foram as sugestões concretas apresentadas pelo texto.

Entre as causas porque houve sombras em relação à compreensão e vivência do Conc. Vaticano II, aparecem a falta de evangelizadores, a falta de liberdade para evangelizar, a ideologia imanentista e consumista, forças opostas à ação da Igreja, as forças do mal, a leitura parcial e seletiva do Concílio, a timidez em aplicá-lo, uma maneira unilateral de apresentar a Igreja como instituição desprovida de sua dimensão mística e uma falta de discernimento diante dos valores seculares do mundo moderno.

A solução vai na linha de aprofundar a "recepção" do Concílio segundo o critério hermenêutico da globalidade do texto, da relação entre espírito e letra, entre pastoral e dogmático, e de sua inserção na tradição da Igreja.

E nesse contexto, a "relatio finalis" apresenta sua primeira sugestão na linha de que os planejamentos pastorais incluam estudos, cursos, publicações, conferências para aprofundar o conhecimento e prática dos

ensinamentos do Conc. Vaticano II.

Sobre o mistério da Igreja, o texto insiste no paradoxal fenômeno do secularismo e da busca do sagrado; na dimensão misteriosa da Igreja fundada no mistério trinitário e cristológico; na sua vocação à santidade, aludindo aos movimentos apostólicos e espirituais como sinal de esperança e também à religiosidade popular articulada com a prática. Na linha das sugestões, a relação aponta o testemunho de santidade dado pelos próprios pastores e o empenho na formação espiritual nos seminários, na Vida Religiosa e dos leigos.

Outro grande capítulo trata das fontes da vida de Igreja: A Palavra de Deus e a Liturgia. Manifesta-se um preocupação por uma leitura interpretativa da Escritura desligada da tradição da Igreja e do magistério, relembra-se a obrigação de todos de evangelizar e a importância de uma catequese integral e sistemática, deseja-se uma comunicação e diálogo entre teólogos e bispos para evitar confusões nos fiéis. E como sugestões se recomendam grandemente a confecção de um catecismo que sirva de referência para os catecismos nas diversas regiões e a redação de manuais de teologia, sem falar no máximo cuidado que se deva ter na formação dos seminaristas. Em relação à Liturgia, recomenda-se uma preocupação com uma participação interna, ativa, frutuosa, espiritual, viva com cultivo do sentido do sagrado e do aspecto cútico. E como sugestão, pede-se aos bispos que corrijam os abusos e fundamentem claramente para o povo a teologia da disciplina litúrgica e sacramental, ao lado de uma catequese mistagógica.

O capítulo da Igreja como comunhão ocupa lugar preeminente. Explicita-se o conceito de comunhão, para daí trabalhar a relação ente unidade e pluriformidade na Igreja em oposição a um pluralismo que termina por dissolver e destruir a identidade da Igreja.

Nesse contexto trabalha-se de maneira bem matizada a Colegialidade, distinguindo um afeto colegial como realidade bem ampla e o ato colegial, no sentido estrito, manifestado de modo especial no Concílio Ecumênico. Entre as diversas realizações parciais do afeto colegial está a Conferência Episcopal, considerada útil e mesmo necessária, onde os bispos exercem em comum seu ofício pastoral, servindo a unidade da Igreja dentro do respeito à responsabilidade insubstituível de cada bispo. Sobre a discutida questão do fundamento teológico-bíblico, ou seu estatuto meramente de direito eclesiástico, o texto encontra solução salomônica, ao dizer de um lado que ela é regida por direito eclesiástico e doutro recomendando entre as sugestões um estudo sobre seu "estatuto teológico" e sua autoridade doutrinal. Além disso recomenda o estudo do princípio de subsidiaridade dentro da Igreja. Ainda nesse capítulo as Comunidades Eclesiais de Base recebem uma menção como sinal de

grande esperança, se realmente vivem verdadeiramente na unidade da Igreja e recomenda-se prosseguir o trabalho ecumênico com as comunidades cristãs irmãs em busca da comunhão perfeita.

O último grupo de questões se refere à missão da Igreja no mundo. Com a mudança dos sinais dos tempos, sente-se a necessidade de uma reflexão teológica nova e mais profunda para interpretar à luz do Evangelho esses sinais, tais como a fome, a opressão, a injustiça, a guerra, os atentados e o terrorismo, e outras formas de violência. Depois de rápida reflexão sobre a cruz de Cristo, o texto detém-se sobre a questão do "aggiornamento", apontando uma via que não seja nem a da fácil acomodação nem do fechamento estático da Igreja em si mesma, mas a abertura missionária e da defesa dos valores humanos, da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais do homem, da paz, da libertação (em latim "libertas") das opressões, da miséria e da injustiça, em vista de uma salvação integral.

A inculturação numa perspectiva dialética de integração no Cristianismo dos valores das outras culturas e de radicação do Cristianismo nelas vem mencionada como expressão da Igreja missionária. Em prosseguimento, aborda-se o tema do diálogo com as religiões não-cristãs e com os não-crentes.

Um último parágrafo toca um tema central da vida eclesial da A. Latina: a opção preferencial pelos pobres e promoção humana. Constata-se um crescimento de consciência dessa opção, tão consentânea com o espírito do Evangelho. Em relação com ela, lembra-se de outras carências como da liberdade e de bens espirituais. Afirma-se a necessidade de defender e promover os direitos fundamentais da pessoa humana, denunciando toda forma de pobreza e opressão. Por isso, a Igreja se faz solidária com aqueles que sofrem por causa de seu empenho pela promoção da justiça.

Como sugestões, sente-se a necessidade de continuar sempre analisando os novos sinais dos tempos para anunciar o Evangelho e atuar pastoralmente de modo adaptado ao nosso tempo. Por isso, faz-se mister trabalhar uma teologia da cruz e do mistério pascal; pensar uma teologia e prática da inculturação em diálogo com os não-cristãos e não-crentes; refletir em qual deva ser a opção preferencial pelos pobres; e finalmente como a doutrina social da Igreja se relaciona com a promoção humana.

Que significará então esse Sínodo para nossas Igrejas? (O editorial já tentou dizer-nos alguma coisa). É um sínodo que reafirma, ainda que sem o grau de explicitação e ênfase desejado, as grandes opções da Igreja na A. Latina: pela libertação, pelos pobres, pelas comunidades eclesiais de base, por um trabalho colegiado em nível de pasto-

ral nacional através da Conferência Episcopal, pela religiosidade popular, por uma liturgia encarnada e inculturada. Mas, por outro lado, revela uma linha teológica e portanto pastoral, cuja ênfase central vai noutra direção às até então dominantes entre nós. Acentua uma Teologia "de cima", marcada por uma atenção centrada sobre o "mistério" e "comunhão", apreendidos em si e depois deduzidos em suas conseqüências para o cotidiano da vida eclesial. Sem desconhecer a sua legitimidade, tal Teologia pode prejudicar a vida eclesial de outras igrejas quando ela se julga e se atribui a exclusividade da legitimidade, desclassificando todas as outras maneiras de pensar teologicamente e agir pastoralmente. E uma leitura do Sínodo que tivesse esse caráter excludente em relação à teologia e pastoral das igrejas da A. Latina poderia vir acentuar a demasiada polarização a que se referia D. Ivo na sua intervenção oral, reproduzida neste número da revista.

A Igreja da A. Latina sairá do Sínodo mais polarizada ou mais unida, conforme se fizer uma leitura normativa de uma Teologia que domina os círculos centro-europeus ou se fizer uma leitura equilibradora, que serve para reforçar a positividade do pólo existente e despertar a consciência para perceber o lado recessivo e assim assumi-lo teórica e praticamente de modo mais explícito. Nele há todos os elementos para alimentar nossa vida eclesial. Mas uma interpretação acanhada também encontra sinais para fechamento.

Terminando essa nota, relembro o caráter desse documento. É antes de tudo obra do relator — como a edição oficial fez questão de salientar — que, sem dúvida, recebeu uma sufragação dos padres sinodais, mas que não correspondeu à dinâmica querida e manifestada por vários deles. E o Papa simplesmente permitiu sua publicação. Além disso, o texto tem o caráter de sugestões feitas ao Romano Pontífice, que vai ou não assumi-las, conforme ele julgar conveniente e possível. O desenrolar desse evento, que certamente impingiu um movimento à Igreja, mostrar-nos-á sua força eclesial.

**TRÊS INTERVENÇÕES DE BISPOS
NO IIº SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS*
A VOZ DA IGREJA DO BRASIL**

D. José Ivo Lorscheiter

Bispo de Santa Maria-RS

Presidente da CNBB

Falo em nome da Conferência Episcopal do Brasil levando em conta a amplíssima consulta que fizemos a respeito das perguntas preparadas pela Secretaria Geral do Sínodo.

1. A grandíssima parte das respostas constata os frutos extremamente positivos do Concílio Vaticano II, sobretudo a respeito duma maior difusão da Sagrada Escritura; duma vida litúrgica mais viva; do aumento do zelo missionário até mesmo junto aos não convertidos; do desenvolvimento do ecumenismo; da presença profética da Igreja na luta pela justiça; da opção pelos pobres; da renovação pastoral conforme as exigências de serviço e comunhão; duma consciência eclesial mais profunda nos leigos; do surto das comunidades eclesiais de base; do aumento das vocações sacerdotais e religiosas; da atividade eficaz da Conferência Episcopal em circunstâncias políticas muito difíceis; dum sincero esforço de construir uma Teologia que fosse consentânea às nossas necessidades e forças.

2. O próprio Concílio Vaticano II e a nossa própria experiência nos ensinaram que a Igreja é ao mesmo tempo santa e pecadora. Não faltam pecados na nossa Igreja do Brasil: certo pecado de superficialidade; pecado de uma demasiada polarização e divisão com conseqüente escândalo para os fiéis; pecado de laxismo no campo moral; e muitos outros, que foram cometidos "depois do Concílio" mas não "por causa do Concílio".

3. Os desejos e pedidos da Igreja do Brasil nesse Sínodo gostaria eu que fossem expressos num espírito de obediência e caridade, unicamente por amor à verdade de Cristo e pelo desejo de uma maior autenticida-

* Selecionamos três intervenções que nos dizem mais diretamente respeito, seja pela pessoa que o fez, seja pela natureza mesma do assunto tratado. Trata-se de uma intervenção do Card. D. Aloísio Lorscheider, de D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB e que falou em nome de todo o episcopado brasileiro e de um bispo da longínqua ilha Maurice, no sudoeste do Oceano Índico, que com imensa semelhança com nossa vida eclesial traçou o retrato das CEBs de sua diocese.

de de toda a Igreja e não com susceptibilidade e orgulho:

3.1. Que se considere o Concílio Vaticano II *não como "limite" mas como "luz"* do caminho que temos de trilhar para o futuro.

3.2. Que se investigue com sabedoria e profundidade a oportunidade e necessidade do *princípio de subsidiaridade* também na vida da Igreja Católica.

3.3. Que não se negue facilmente o fundamento teológico ou bíblico das *Conferências Episcopais* e nem tão apressadamente lhes seja atribuído em seus animados trabalhos o perigo de galicanismo, nem juízos ofensivos a bispos particulares no exercício de seu ministério.

3.4. Evitem os escritores católicos e as revistas católicas fazer comentários a respeito de pessoas e igrejas, sobretudo em outros países, antes de examinar sincera e objetivamente o assunto; e em todo caso, não procedam com um juízo mais severo que a própria Autoridade Suprema da Igreja.

Estou persuadido que o cumprimento desses desejos conservará ou restituirá ou mais ainda aumentará aquela alegria pentecostal, que João XXIII desejava e que os homens de nossos dias tão veemente necessitam.

(Tradução do original latino por J.B.L.)

A IGREJA DO FUTURO

Card. Aloísio Lorscheider
Arcebispo de Fortaleza-CE

1. "Não se perturbe o vosso coração" (Jo 14, 1), "eu venci o mundo" (Jo 16, 33), disse Jesus a seus Apóstolos em momento de temor e angústia. O Senhor Jesus dirige-nos agora essas mesmas palavras. A graça da redenção é superabundante e vencedora do mundo e do pecado. Eis a razão de toda nossa esperança!

2. Levantamos nosso olhar para o Cristo Redentor! A redenção realizada por Nosso Senhor é tão poderosa que o príncipe deste mundo foi e está lançado fora e o muro da divisão e da inimizade já foi destruído. O Pai deu-nos tudo em Cristo. A Igreja não se deve fechar na consideração de seus próprios problemas internos de tal modo que já não ou-

ça o clamor do mundo que ardentemente busca salvação e libertação. A Igreja deve estar lá onde os homens vivem seus problemas e também a esperança. Por isso, hoje se recomenda grandemente a descentralização da Igreja, sem naturalmente detrimento da comunhão com o Centro.

3. Observa-se hoje uma tensão entre a missão espiritual e a missão temporal da Igreja. Existe a tentação de resolvê-la unilateralmente, reduzindo-a quer quase exclusivamente ao espiritual, quer ao terrestre. Entretanto é necessário que a missão da Igreja seja de tal modo espiritual que abrace as realidades terrestres e de tal modo terrestre que oriente os corações para as celestes.

4. O Card. Garrone no início do Sínodo recordou que o único objetivo dos trabalhos do Conc. Vaticano II foi a Igreja do futuro (ver: *Relatio historica*, p. 7). Pensando na Igreja do futuro, queria oferecer alguns traços que dizem respeito especialmente à ação pastoral, numa fidelidade dinâmica ao Vaticano II, levando em consideração os novos sinais dos tempos (ver: GS nn. 4, 11).

5. *A Igreja do futuro deve ser a Igreja dos pobres.*

A Igreja não somente deve ser misericordiosa com os pobres mas deve identificar-se com o Cristo pobre. O Vaticano II indicou de modo sóbrio as razões teológicas de tal exigência: "Mas assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho... Cristo Jesus por nossa causa fez-se pobre... (2 Co 8, 9) — a Igreja reconhece nos pobres e sofredores a imagem de um Fundador pobre e sofredor" (ver: *Lumen Gentium* n. 8). A Igreja, portanto, não por razões sociológicas ou ideológicas, mas em razão de fidelidade ao Evangelho e ao Concílio deve fazer-se "serva e pobre". O "Servo de Javé" (Is 53) e a "Serva de Javé", Maria, devem hoje marcar sobremaneira a espiritualidade dos cristãos.

6. *A Igreja do futuro deve ser uma Igreja comprometida com a justiça e a libertação integral dos homens em Cristo.*

Devemos ter diante dos olhos o que foi dito no Sínodo dos Bispos sobre a Justiça do Mundo (1971), na Encíclica "Populorum Progressio", e sobretudo na "Evangelii Nuntiandi" e na Encíclica "Laborem Exercens". Passados 20 anos, as diferenças econômicas se tornam maiores entre os povos, a fome ceifa a vida de muitos, cresce o escândalo da desigualdade social e o fenômeno da dominação se faz presente em todas as partes. A consciência cristã não pode de modo algum tolerar tal situação. É necessário traçar linhas éticas claras para os dias de hoje.

A ação dos cristãos pela justiça e libertação integral dos homens será evangélica e religiosa, e não de natureza político-partidária, se eles forem informados pelo espírito de pobreza e de serviço no sentido da afirmação de Cristo de que veio "servir e não ser servido" e não por de-

sejos de ambição e poder.

7. *A Igreja do futuro deve ser modelo de comunhão e participação.*

É o próprio mistério de Deus uno e trino que deve ser o modelo de tal comunhão e participação. Tudo isso está dito no incio da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* n. 1.

8. *A Igreja do futuro deve reconhecer a dignidade e os direitos das mulheres e de todas as minorias.*

É necessário que não exista mais nenhuma discriminação, pelo menos na Igreja, para o futuro, conforme o dito de São Paulo: "Todos vós que fostes batizados em Cristo vos vestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus" (Gl 3, 27-28). É necessário proceder, sim, com pedagogia, respeitando os valores e símbolos da cultura humana, mas isso não significa que não devemos avançar com coragem.

(Tradução do original latino por J.B.L.)

AS PEQUENAS COMUNIDADES DE BASE

Mons. Margéot

*Pres. da Conferência Episcopal
Ilhas do Sudeste do Oceano Índico*

Nesta intervenção, queria dar testemunho do novo alento que a nossa Igreja local começa a sentir por causa do Concílio. Esse novo alento nos impele pelos caminhos de um verdadeiro Êxodo, de uma renovação radical da vida eclesial. Acolhemos o Concílio com alegria, como uma imensa esperança, ao mesmo tempo que ele desperta em nós o sentido duma grande responsabilidade diante da história.

Este alento nos atingiu e nos colocou a caminho desde o momento em que compreendemos que o Concílio tinha por finalidade, não somente realizar certas reformas concretas — por mais necessárias que fossem (liturgia, forma de governo, relações ecumênicas), mas sim também encetar um processo de renovação radical da Igreja na sua maneira de viver em comunidades fraternas e na sua maneira de exercer sua missão no mundo.

Este alento nos atingiu desde o momento em que decidimos levar a sério *na prática* essas intuições fundamentais do Concílio.

I. O INÍCIO

Para nós, essa decisão se traduziu concretamente fazendo duas coisas ao mesmo tempo:

— antes de tudo um esforço sério de vulgarização teológica e de estímulo espiritual para tornar acessíveis às pessoas simples — frequentadoras de nossas paróquias e membros de nossos movimentos — as grandes intuições do Concílio e propor-lhes o *novo espírito* que o Concílio queria insuflar na Igreja. (Isso foi feito através de sessões e diversos retiros, em particular servindo-se da sessão Igreja-Mundo).

— Em seguida, propor a todo cristão um *novo espaço* (cadre), menor, mais humano, mais adaptado, em que cada um pudesse viver esse novo espírito na prática. Este espaço novo é para nós a Comunidade Eclesial de Base (CEB).

Esta intuição da pequena CEB, como instrumento privilegiado da renovação da Igreja, desejada pelo Concílio, nos veio devido à experiência feita muito antes de nós por um número grande de Igrejas da África e da A. Latina, e aproveito a ocasião para dizer-lhes aqui minha gratidão por esse estímulo fraterno.

II. UMA ESTRUTURA ADAPTADA PARA PERMITIR UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA

A experiência desses últimos anos nos mostrou na verdade que a pequena comunidade de tamanho humano é um lugar privilegiado — diria mesmo quase necessário — que permite realizar prática e simplesmente a renovação profunda da vida eclesial, que é o grande apelo do Espírito transmitido para nossa geração pelo Concílio.

Experimentamos isso de três maneiras:

1. Antes de tudo, foi no seio das pequenas comunidades que se pôde fazer uma verdadeira catequese dos adultos. É maravilhoso ver cristãos descobrirem o cerne de sua fé, a alegria e o dinamismo para seguir a Cristo graças ao acesso vivo à Escritura. Pouco a pouco, no seio dessas comunidades, eles gozam de uma autêntica liberdade de filho de Deus. A catequese dos adultos na CEB aparece como o meio mais eficaz para crescer na fé em Jesus Cristo.

2. Em segundo lugar, os cristãos encontram nessas comunidades uma vida fraterna, uma solidariedade e uma mútua ajuda que eles buscavam, mas que nada ou pouca coisa no quadro paroquial tornava possível. A vida comunitária nessas CEBs conhece também grandes dificuldades e passa por muitas crises. Mas essas crises são purificadoras e permitem passar de uma fraternidade por afinidade imediata a uma fraternidade fundada na rocha da fé. Assim somente a CEB pode tornar pos-

sível a fraternidade que é a marca dos discípulos de Cristo. Gente simples começa a descobrir, a experimentar na sua carne a realidade do Corpo Místico de Cristo.

3. Enfim, é no seio dessas pequenas comunidades que os cristãos começam a compreender como podem, lá onde vivem, tomar parte na missão da Igreja no mundo. Dar testemunho de Cristo torna-se algo que fica ao alcance dos pobres, das pessoas simples; muitos começam também a compreender que a transformação do mundo em que eles vivem segundo o critério do Reino é algo que Cristo quer e Ihes confia. Quando descobrem isto, sentem-se mais bem armados para resistir a toda tentação de politizar ou ideologizar seu apostolado.

Uma coisa aparece-nos claramente: estas pequenas comunidades existem e se desenvolvem na medida em que são construídas sobre a rocha da fé no Cristo ressuscitado. Aí vemos claramente como só a fé em Cristo salva os homens e faz nascer comunidades de filhos de Deus, vivendo da fraternidade de Cristo e participando de sua missão no mundo.

III. CONSEQÜÊNCIAS

1. A criação de pequenas comunidades exigiu um imenso trabalho de formação de leigos. Este trabalho busca vulgarizar seriamente as grandes instituições do Concílio, colocar ao alcance do povo simples o sentido profundo e vivificante da Escritura. O que nos parece mais urgente é desenvolver um método pedagógico para cultivar a fé do adulto para que toda a boa nova seja anunciada aos pobres, e para que praticamente os pobres se tornem, não os mais assistidos, mas os evangelizadores de amanhã.

2. Uma outra conseqüência da existência das CEBs é a transformação e renovação duma estrutura tradicional: a paróquia. A paróquia está tomando importância considerável na medida em que, com a eclosão das CEBs, ela assume um duplo papel:

a) Tornar-se o lugar em que a comunhão entre as pequenas comunidades deve ser vivida. O sacerdote torna-se então o artesão principal, o responsável principal desta comunhão entre diferentes pequenas comunidades.

b) Torna-se também o lugar onde a formação dos leigos se faz e deverá desenvolver-se cada vez mais.

3. Enfim, sou também testemunha de que este esforço de renovação da Igreja por meio das pequenas comunidades age como estimulante sobre os sacerdotes. Eles recebem novo alento apostólico. Descobrem seu verdadeiro lugar ao serviço do Povo de Deus. Têm um objetivo pastoral preciso a atingir que Ihes estimula a criatividade e exige deles uma conversão profunda.

Doutra parte, cada vez mais, os sacerdotes se dão contra praticamente da importância da pesquisa e da criatividade pastorais. Não se pode mais contentar-se de simplesmente entreter o povo, deve-se conduzi-lo a uma meta. Isso tem o mérito de estimular em nós muita criatividade — o que dá uma grande diversidade no estilo das comunidades; e, ao mesmo tempo, desperta também o cuidado de guardar a unidade eclesial no meio dessa diversidade.

CONCLUSÃO

Reconheço que estamos longe de ter alcançado o objetivo pretendido; mas o que nos liberta e nos estimula é que estamos caminhando. Num caminho de Êxodo, encontramos emboscadas, tentações, desencorajamentos, mas o Senhor nos dá também a graça como a Moisés de resistir “como se ele visse o invisível”.

(Tradução do original francês por J.B.L.)